

1. Definindo o Amor Materno

*“Quando se trata de ideias sobre a maternidade,
parece que o bom senso é atirado pela janela”
(Aminatta Forna)*

Quando perguntamos a alguém o que é o amor materno é esperado que esta definição esteja relacionada a um conjunto de valores que comumente são escolhidos para significar este sentimento. Mas como chegarmos a esta definição?

Se observarmos a relação da criança de nossa época com sua mãe e a comparamos com a relação existente em gerações anteriores, sem dúvida perceberemos que ela possui diferenças. É possível encontrar rapidamente uma resposta para este enigma: decerto, a cultura e o tempo são responsáveis pelas transformações. Mas será que as mesmas definições seriam utilizadas para determinar o que é o amor materno em outros momentos da História?

Para desenvolver um trabalho sobre esse tema e investigar o impacto de suas representações em nossa sociedade contemporânea parecia fundamental realizar um estudo histórico para investigar como era a representação do amor materno em outros períodos, verificando se havia diferença em sua forma. Porém, com base nesse estudo, outra pergunta nos desconcertou. O amor materno faria parte da natureza da mulher ou seria uma construção social estabelecida na relação da mãe com o filho? Será que podemos falar em uma predisposição à maternidade?

No momento em que foram constatadas diferentes formas de entender a manifestação do amor materno, parecia necessário delinear a linha de pensamento com a qual intentamos produzir este material. Desse modo, neste capítulo serão descritas diferentes formas de entender a formação deste sentimento. É importante esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de interpretar como verdade algumas das linhas de pensamento entre as que serão expostas. No entanto, para a compreensão desta dissertação, será indispensável elucidar em que bases este estudo foi desenvolvido. Além disso, será apresentado nosso levantamento histórico, desde o século XVII até a metade do século XX, com considerações sobre as possíveis verdades e mitos acerca do amor materno.

1.1 Sob o Olhar Objetivista e Construtivista de Linguagem

O século XVII foi marcado pelo surgimento da ciência moderna, fundamentada pela físico-matemática e pelas ciências experimentais, e expressada por pensadores como o empirista Francis Bacon (1561 – 1626) e o racionalista René Descartes (1596 – 1650), que buscavam explicar a aquisição do conhecimento.

Para os empiristas o conhecimento era proveniente da experiência e suas impressões formavam o pensamento. Já Descartes defendia a ideia de que a racionalidade era natural ao homem e que deveria ser bem conduzida para evitar o erro, fruto do mau uso da razão. Como possuidor da razão, o homem traria dentro de si a possibilidade de conhecimento, o qual deveria ser recuperado, em caso de erro, para formulação do saber científico.

Como mostra Marcondes (2000, 2004), Descartes refutava o ceticismo buscando desenvolver bases seguras para a ciência. Para o filósofo só existia uma verdade de cada coisa, e o homem, por meio da razão e conseqüentemente de seu conhecimento, poderia conhecer o real de modo verdadeiro e definitivo. Algo só poderia existir se fosse provado; dessa forma, a ciência deveria ser fundamentada por critérios seguros que garantissem uma certeza livre dos céticos. A crença no poder crítico da razão humana – na interioridade – definiu a subjetividade em Descartes: a busca no sujeito pelo conhecimento.

O projeto moderno se define, em linhas gerais, pela busca da fundamentação da possibilidade do conhecimento e das teorias científicas na análise da subjetividade, do indivíduo considerado como sujeito pensante, como dotado de uma mente ou consciência caracterizada por uma determinada estrutura cognitiva, bem como por uma capacidade de ter experiências empíricas sobre o real, tal como encontramos no racionalismo e no empirismo, embora em diferentes versões (MARCONDES, 2004, p. 251).

O pensamento moderno entrou em crise a partir das críticas de Hegel (1770 – 1831), no século XIX, que apontavam a necessidade de se considerar o processo histórico e cultural na formação da consciência. Crítico às idéias subjetivistas do projeto moderno, ele não considerava que a consciência fosse originária, podendo fundamentar a “nossa possibilidade de conhecer o real, de representar a realidade através de nossos processos cognitivos” (MARCONDES, 2004, p. 252). De modo diferente do naturalismo, diretamente relacionado à interioridade na

fundamentação do conhecimento, Hegel adotava uma visão cujo contexto (externo) era essencial para esta formação.

A partir de então, a subjetividade passou a ser criticada por diferentes linhas de pensamento, como, por exemplo, a filosofia analítica e o positivismo lógico, que, embora não concordassem com as ideias de Hegel, ainda assim acreditavam que a filosofia racionalista e a empirista eram problemáticas e insuficientes, isso porque, se os atos mentais eram subjetivos, não haveria como contar com uma validade universal e objetiva exigida pela ciência.

O resultado dessas críticas foi a formação de um pensamento cuja linguagem veio estabelecer uma explicação da ligação do sujeito e da realidade como relação de significação (MARCONDES, 2000, 2004). No entanto, a análise dos significados seguiu duas linhas diferentes, que fazem parte do pensamento na contemporaneidade. Uma delas – a Visão Objetivista de Linguagem – é formada pelos herdeiros da Tradição Moderna, como a Fenomenologia, o Existencialismo, a Filosofia Analítica e o Positivismo Lógico e a Escola de Frankfurt. De acordo com esta visão, a linguagem possui um caráter representacional cujos objetos empíricos, pensamentos ou uma entidade abstrata – as coisas do universo – são representados pela língua (LAMPREIA, 2010). Existe um mundo objetivo cujo sentido é determinado de forma natural, isto é, o objeto (a realidade em si, independente dos sentidos e da linguagem) é representado pela linguagem, seu significado está ligado à sua descrição e a verdade está vinculada à realidade.

Nesse tipo de concepção, a linguagem científica é considerada como um sistema formal que visa estabelecer as condições necessárias e suficientes para explicação dos fenômenos. Por conseguinte, a forma mais genérica de definir esse tipo de concepção é em termos de um ideal de objetividade da representação da realidade – seja essa empírica, lógica ou psíquica (COUTINHO, 1996, p. 25).

De fato, a ciência moderna do século XVII tinha um caráter objetivista, na medida em que algo só podia ser considerado um dado de realidade se fosse provado – visão objetivista de realidade. Porém, diferentemente das ideias racionalistas e subjetivistas, para a Visão Objetivista ou Representacional de Linguagem, a realidade existe independentemente da consciência. Segundo a Filosofia Analítica e o Positivismo Lógico a ciência exige uma validade universal e objetiva vindo na lógica a forma de fundamentar as teorias, independentemente de atos mentais.

Outra ideia importante, que vai ao encontro da Visão Objetivista de Linguagem, é a Teoria da Evolução e a Seleção Natural de Charles Darwin (1809 – 1882). Para este naturalista existia uma realidade em si independente do sujeito e da linguagem e que se expressava perfeitamente na biologia. De acordo com a teoria de Darwin os seres humanos evoluíam a partir de um ancestral comum. Nossas características, físicas e comportamentais, eram transmitidas de geração para geração e os mais bem adaptados ao meio geravam mais descendentes. Ele observou que todas as espécies sofriam variações por mutações e recombinações genéticas que eram mantidas ou descartadas pela seleção natural. Quando mantidas, por favorecerem a sobrevivência e reprodução da espécie, estas mudanças eram transmitidas aos descendentes hereditariamente e se tornavam mais comuns nas gerações posteriores. As transformações desfavoráveis e pouco adaptáveis tornavam-se mais raras e podiam até mesmo desaparecer nas futuras gerações.

Para Darwin (2009), a própria expressão das emoções era fruto de um processo evolutivo que se consolidava com o tempo. Tanto os homens quanto os animais expressariam suas emoções da mesma maneira, o que confirmaria a descendência do homem de um ancestral comum.

Admitir que padrões comportamentais têm evolução exatamente igual à dos órgãos leva ao reconhecimento de outro fato: eles também têm o mesmo tipo de transmissão hereditária. Em outras palavras, a adaptação dos padrões comportamentais de um organismo ao seu meio se dá exatamente da mesma maneira que a de seus órgãos, isto é, mediante as informações que a espécie acumulou, ao longo da evolução, pelo antiquíssimo método da seleção e mutação. Isso se aplica não só a padrões relativamente rígidos de forma e comportamento, mas também aos complicados mecanismos de modificação adaptativa, entre os quais estão aqueles geralmente incluídos na concepção de aprendizado (LORENZ, 2009, p. 10).

Segundo Lorenz (2009), Darwin foi considerado o “santo padroeiro” da Etologia, ciência que estuda os comportamentos inatos nas diversas espécies em ambiente natural, criada no século XX por Konrad Lorenz e Niko Tinbergen.

Baseada na teoria da evolução, a Etologia mostra que o bipedismo foi resultado de mudanças genéticas que possibilitaram um modo de locomoção mais eficiente para a sobrevivência. Porém, a marcha bípede contou com transformações significativas da anatomia, como a redução da pélvis e do tórax, para que esta forma de locomoção fosse possível. Como resultado, o tempo gestacional das crias de seres bípedes, como os seres humanos, foi reduzido, visto

que com um tempo gestacional maior o bebê não conseguiria passar pela bacia materna, resultando na morte da mãe e do filho (TONI, SALVO, MARINS & WEBER, 2004). Desse modo, o bebê seria prematuro e conseqüentemente mais frágil, resultando na origem do apego nas relações parentais, assim como no desenvolvimento da instituição familiar. Em função dessa fragilidade eram necessários maiores cuidados parentais para garantir a sobrevivência da criança – “o investimento parental se tornava fundamental para o sucesso da espécie” (p. 101). Além disso, para assegurar a atração da mãe pelo filho e seu cuidado com a criança, os estudos etológicos apontam a presença de uma neotenia, isto é, os bebês apresentariam por mais tempo as formas do início de seu desenvolvimento, ou seja, jovens e mais delicadas, que favoreceriam os sentimentos maternos ternos e protetores. No mais, o leite fraco da mãe exigiria uma amamentação contínua e sua relação constante com o bebê seria responsável pela formação do vínculo afetivo.

Toni *et al.* (2004) argumentam que, embora outras teorias, como a psicanálise, discutam que a origem do amor maternal esteja no vínculo afetivo entre mãe e bebê, instaurado pela satisfação da amamentação ou pelo alívio do desconforto, ela não coincide com a etologia. Para estes pesquisadores, o apego se faz presente nesta relação independentemente de recompensas e a “contínua interação entre o apego e o investimento parental que deu origem ao amor entre pais e filhos” (p. 103).

Para a Visão Objetivista de Linguagem o amor materno seria um objeto natural, uma realidade em si, representada pela linguagem. Para as linhas de pensamento que advogam esta ideia, como as teorias inatistas que concebem o amor materno como um instinto, este teria um caráter universal, isto é, estaria presente em todas as mulheres, e manifestar-se-ia no momento em que estas se tornassem mães. Como mostra Mello (2008):

O amor materno, por muito tempo, foi concebido como algo instintivo. Afirmava-se que a maternagem é uma característica universal feminina, fazendo-a parecer com um sentimento inato que todas as mulheres vivenciarão, independentemente da cultura ou da condição socio-econômica. Dessa forma, se considerarmos apenas os aspectos biológicos, o amor materno era considerado como preconcebido, pré-formado, esperando-se só a ocasião para exercê-lo (p. 2).

No entanto, são frequentes casos de mães que maltratam os filhos, os abandonam e até mesmo os matam, fatos que parecem contestar as ideias

objetivistas sobre o amor materno. Se nesta visão, que tem caráter natural e universal, a realidade é simplesmente representada pela linguagem, como explicar que ele se manifeste em algumas mulheres e em outras não?

Um dado bastante interessante e facilmente observável é que nos casos de agressão, violência, maus-tratos e negligência por parte de mães tais atitudes são comumente justificadas por desequilíbrio mental, pobreza, desespero e outros artifícios que atribuem estes comportamentos a uma insanidade, mantendo desta forma a concepção objetivista de amor materno, isto porque, se o instinto materno se faz presente em toda mulher,

[...] confirmaria que a mulher já nasce com uma bagagem de sentimentos, atitudes pré-aprendidas e outras capacidades necessárias de maternar. [...] Tais pré-requisitos teriam mais voz do que outros sentimentos e atitudes, que uma mulher aprende a partir das experiências de relacionamento [...] (SOUZA, 2010, p. 19).

No artigo de Vomero (2001) apresentando estudiosos que discorrem sobre o amor materno, a sociobióloga Hrdy afirma que as mães não amam seus filhos instintivamente e nem mesmo possuem um amor incondicional fundamentado numa base biológica. Para Hrdy e Tokumaru, também citada no mesmo artigo, a genética predispõe as mulheres a gerar filhos e deles cuidar, oferecendo condições para o seu crescimento, e a boa relação que pode se estabelecer entre mãe e filho é consequência de um investimento que visa à manutenção da espécie. Para aqueles que defendem a existência de uma predisposição à maternidade, o vínculo afetivo entre mãe e bebê é fundamental para garantir o bom desenvolvimento da criança, mas não é responsável pela constituição e manutenção do amor materno. Como afirma Menezes (2007),

[...] a maternidade, enquanto uma condição biológica, é natural, visto que é da natureza da mulher uma predisposição orgânica para gerar e gestar um bebê, mas o amor materno está longe de ser uma condição inata (p. 24).

No entanto, com base no estatuto da linguagem, a partir do qual se inicia este estudo, existe outra linha de pensamento que investiga como seria a análise dos significados, e que parece indispensável para se pensar sobre o amor materno.

Conforme as considerações expostas até agora, a crítica às ideias da filosofia moderna seguiu duas linhas de raciocínio, presentes na contemporaneidade. A Objetivista ou Representacional, já apresentada, e a

Construtivista ou Pragmática, representada por teorias como a filosofia de Heidegger, o Estruturalismo, e a segunda fase do pensamento de Wittgenstein.

De acordo com a Pragmática, o sentido da linguagem está ligado a sua prática e não a sua descrição. A linguagem é viva, dinâmica e se define pela prática social.

As formulações da linguagem científica são vistas como codificações ou sistematizações que devem ser justificadas para seus respectivos propósitos. [...] há um número indeterminado de linguagens possíveis na interpretação de fenômenos a partir de diferentes pressupostos (lógicos, conceituais, etc.) e de diferentes perspectivas de interesse (COUTINHO, 1996, p. 25).

A crítica central de Wittgenstein (1889 – 1951) à tradição moderna, por exemplo, estava relacionada à noção de linguagem como representação da realidade. Como foi visto, segundo aquela visão, existe uma realidade em si que pode ser conhecida pela razão e então descrita e comunicada ao meio pela linguagem (OLIVEIRA, 2001). Para Wittgenstein o significado de uma palavra estava relacionado ao seu uso de linguagem. Neste sentido, na visão construtivista, é fundamental analisar o contexto para que então possamos apreender o significado de um determinado conceito. O sentido da linguagem está relacionado à sua prática. Segundo o filósofo a estrutura precisa e lógica de linguagem, até então defendida, deu lugar aos *jogos de linguagem*, em que a definição de um construto só pode ser dada a partir de seu contexto.

Se adotamos a noção de jogo de linguagem, o significado não é mais estabelecido pela forma da proposição, nem pelo sentido de seus componentes, nem por sua relação com os fatos, mas pelo uso que fazemos das expressões linguísticas nos diferentes contextos ou situações em que as empregamos. O mesmo tipo de expressão linguística poderá ter, portanto, significados diferentes em diferentes contextos (MARCONDES, 2004, p. 270).

Se o sentido da palavra “fogo”, por exemplo, for procurado no dicionário, serão encontrados inúmeros significados, podendo-se dizer que a palavra está relacionada às chamas produzidas na combustão de matéria inflamáveis. Claro que este conceito é correto, mas não é único. Se uma pessoa grita: “Fogo!”, é bastante plausível concluir que se trata de um grito de alerta, socorro e/ou ajuda para apagar um incêndio. Do mesmo modo, se uma pessoa com um cigarro na mão vai em direção a outra e pronuncia a mesma palavra – “fogo” – certamente se trata da solicitação de um isqueiro ou fósforo para acender o cigarro. Além destes

exemplos, se um homem pronuncia a frase “Esta mulher tem um fogo!”, poderia indicar uma mulher quente e insinuante.

Essa breve demonstração esclarece como um significado só poderá ser dado se houver conhecimento do contexto no qual está inserido, ou seja, seu significado é construído na relação com o meio e não a partir da subjetividade do sujeito. Como afirmava Wittgenstein, o significado não é fixo nem definido, dependendo sempre do uso que fazemos dele (MARCONDES, 1999). Para Lampreia (2010):

Os objetos nunca são dados, mas sempre construídos a partir de diferentes significações atribuídas a eles de forma convencionalizada pelas diferentes práticas sociais. É a visão da indeterminação natural do sentido (p. 123).

O discurso de Elisabeth Badinter em seu livro “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*” vai ao encontro do construtivismo na medida em que a autora considera que o vínculo afetivo estabelecido entre mãe e bebê não é natural, mas construído. Ela adverte que o amor materno foi por tanto tempo considerado um instinto que fica difícil compreendê-lo como não fazendo parte da natureza de toda mulher.

A nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deva corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1980, p. 19).

Porém, ao descartar o determinismo biológico do Objetivismo, a ideia de se considerar o amor materno inato e instintivo passa a ser objeto de crítica. Baseada na relação entre mãe e filho e nas transformações ocorridas a partir do século XVIII, a autora mostrou que determinado comportamento, atitudes e valores são resultados de demandas sociais.

Da mesma forma, no início do século XX o sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss, em seu artigo “*L’expression obligatoire des sentiments*” (1921), mostrou, em contraste com Darwin, o quanto a expressão dos sentimentos é resultado de fenômenos sociais. Neste artigo, Mauss fez um estudo sobre as lágrimas e mostrou que todas as expressões possuem uma base social.

[...] toutes sortes d'expressions orales des sentiments qui sont essentiellement, non pas des phénomènes exclusivement psychologiques, ou physiologiques, mais des

phénomènes sociaux, marqués éminemment du signe de la non-spontanéité, et de l'obligation la plus parfaite¹ (MAUSS, 1921, p. 3).

Assim, de acordo com a teoria Construtivista de Linguagem, pode-se entender que o amor materno é uma possível consequência da relação entre mãe e filho e que a forma de amar pode ser variável. Não é possível pre-determinar um sentido único e exato para significar o amor materno e, da mesma forma como construído, também pode ser desconstruído.

Um homem e uma mulher se amam porque o amor deles foi construído. Sendo assim, pode ser demolido. Um fato novo pode acabar com ele. [...] Às vezes, os próprios pais têm um vínculo de amor com um filho e acontece algo em certa altura da vida e esse vínculo é cortado. Os motivos são variados [...]. Entre nós, o amor não é uma coisa inabalável (MALDONADO, 2001).

Como foi exposto, as abordagens apresentadas – objetivista e construtivista – representam diferentes maneiras de se entender esse sentimento. No entanto, fica a pergunta: o amor materno seria um mito ou uma verdade?

Sem dúvida, como resultado do desejo de uma mulher, a presença de um filho, na maioria das vezes, gera sentimentos positivos e prazerosos que estarão presentes na relação da mãe com o filho. Contudo, o modo pelo qual se estabelece essa relação também será resultado do meio, isto é, o contexto também irá fundamentá-la. Dessa forma, as representações do amor materno poderão variar radicalmente em suas concepções.

Autores como Badinter (1980), Ariès (1981), Forna (1999) e outros mostram o quanto a relação maternal apresentou formas diferentes em momentos diferentes. No entanto, chama a atenção como, na sociedade contemporânea, ela se apoia em valores, como por exemplo, o amor incondicional da mãe, que parecem indissociáveis deste papel – uma realidade em si.

A seguir, será feita uma breve apresentação de como o amor materno era concebido em outras épocas e como se deram essas transformações.

¹ Todos os tipos de expressões orais dos sentimentos que são essencialmente, não fenômenos exclusivamente psicológicos, ou fisiológicos, mas fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade e da obrigação mais perfeita. (tradução nossa)

1.2 Mito ou Verdade?

Na primeira metade do século XX o amor materno parecia ter adquirido um significado fixo e invariável, visto que determinados sentimentos e comportamentos foram atribuídos à maternidade e reconhecidos segundo o modelo representacional de linguagem apresentado. Porém, partindo da premissa de que amor o materno é resultado de uma construção e que esta depende de um contexto, seria incerto dizer se ele deixou de existir em algum momento. Sendo variável e alicerçado no meio, pode variar de uma cultura para outra, assim como de pessoa para pessoa.

Fazendo um resgate da relação entre mães e filhos em séculos anteriores, seria possível afirmar que a concepção de amor materno que vivemos hoje é bastante recente. Alguns autores mostram que na contemporaneidade a maternidade é reconhecida em função de uma série de valores resultantes de um processo histórico e cultural e apontam como era a relação maternal e da infância em séculos passados. Enquanto Badinter (1980) fala do “mito do amor materno” e Forna (1999) aborda a “mãe perfeita”, Ariès (1981) discorre sobre o “sentimento de infância”.

Com base nesses estudos observa-se que o amor foi atribuído à maternidade como um sentimento inseparável da entidade “mãe”, impregnado de mitos e idealizações aos poucos incutidos na mulher. Os resultados gerados com a invenção da maternidade como a conhecemos atualmente, que de acordo com estes autores tem início por volta do século XVIII, vigoram até hoje, trazendo novas concepções do que é ser mãe.

Elisabeth Badinter (1980) mostrou que não é apenas o amor que faz com que a mulher cumpra seus “deveres maternais”. Para ela, os valores sociais, religiosos, econômicos e culturais são variáveis fundamentais para moldar nossos comportamentos e, conseqüentemente, o amor materno. Segundo Badinter, “é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho” (p. 23). Nesta mesma obra ela tece considerações sobre a condição da criança até o século XVIII e como foram suas transformações ao longo da História.

Conforme os estudos dessa filósofa, a criança era vista como um estorvo, sendo seu nascimento um problema para família, que acreditava tratar-se de algo negativo e corrompido, sem valor. Para a formação de bons adultos, os pais deveriam assumir uma postura na qual o carinho e o afeto deveriam estar ausentes, visto que representavam um comportamento contraproducente para a educação das crianças.

Para Badinter a postura que a mulher assumia era a de negligência em relação aos filhos. Em primeiro lugar, a autora discorre sobre a recusa materna de amamentar, o que acabava sendo feito por amas de leite. Embora essa prática fosse mais comum nas famílias aristocráticas, no século XVIII ela fez parte de todas as camadas da sociedade urbana. Essa recusa tinha justificativas diversas, como não estragar o corpo, o desinteresse pela criança, para não se perder tempo, para não diminuir o desejo do marido pela esposa, entre outras. A taxa de mortalidade infantil era bem alta, principalmente entre os bebês aleitados por amas, e a morte de uma criança não era razão para tanto sofrimento. Alguns estudiosos afirmam que a indiferença da mãe acerca do tratamento do filho seria uma espécie de defesa, já que a mortalidade era grande e o não envolvimento com a criança diminuiria a dor causada pela perda de um filho (BADINTER, 1980; ARIÈS, 1981; FORNA, 1999).

No período em questão, a distância entre a família e os filhos não se resumia ao tempo de amamentação. Ao voltar para a casa, por volta de quatro ou cinco anos de idade, as meninas eram entregues a uma governanta e os meninos eram cuidados por preceptores. Para Badinter (1980), o contato com os pais era insignificante e sem traços afetivos. A partir dos sete ou oito anos de idade os filhos eram entregues a internatos e as filhas a conventos, onde recebiam educação.

A maternidade não tinha um status especial, deveres ou pressupostos especiais. A mulher dava à luz e pronto. Não se presumia que ela fosse amar o filho, a não ser que se resolvesse a amá-lo. Não se esperava sequer que ela cuidasse do bebê. Na verdade, em casos de divórcio na Inglaterra, França e América do Norte, geralmente era o pai que tinha a custódia dos filhos [...]. As mulheres eram consideradas muito amorais, inferiores e fracas para assumir tais responsabilidades (FORNA, 1999, p. 44).

Além disso, a autora aponta o privilégio do filho homem. Enquanto as filhas significavam um gasto para a família, fosse pelo dote pago quando de seu casamento ou pelo sustento daquelas que não se casavam, o primogênito herdava

todos os bens da família, e os filhos mais novos poderiam trabalhar. Além dos bens, o tratamento dado ao herdeiro era diferenciado, sendo comum que fosse amamentado pelas próprias mães.

Como explicar essa preferência materna? Se o amor materno fosse natural, como conceber o fato de se manifestar em relação ao filho herdeiro e não aos outros? Não estaria esse comportamento materno relacionado à herança recebida pelo primogênito? Sem dúvida, este tratamento fazia parte da cultura daquela época e em nada se parece com a relação que as mães têm com seus filhos hoje. Aliás, na atualidade, essa atitude seria vista como uma conduta indigna de uma boa mãe.

Badinter nomeia os três momentos de separação das mães e dos filhos como os “três atos de abandono” e fala sobre a ausência de amor materno. Esse discurso parece coerente, se comparado à concepção de amor materno que temos hoje, mas é possível afirmar que não existia este tipo amor antes do século XVIII? A conduta daquelas mulheres não ia ao encontro da concepção acerca do tratamento das crianças para se formarem adultos bons e saudáveis?

Num estudo sobre a maternidade apresentado por Forna (1999), ela mostra que, de acordo com alguns autores, o “abandono” materno não acontecia apenas em benefício da mulher, mas em favor das próprias crianças.

O leite das aristocratas era considerado fraco e carente de nutrientes em comparação com a dieta saudável oferecida pelas mulheres dos fazendeiros [...] e a cidade era considerada [...] um ambiente carregado de doenças para os bebês. As mulheres acreditavam que mandavam os filhos para longe para o próprio bem deles (1999, p. 40).

De acordo com um texto de J. L. Vivès, do século XV, citado por Badinter (1980), as mulheres eram incentivadas a evitar suas atitudes de ternura, visto que este sentimento poderia fazer com que os adolescentes tivessem vícios. Dessa forma, para garantir a formação de bons filhos, a mãe deveria incitá-los pelo temor, admoestações, castigos e prantos.

Conforme esses argumentos, é possível considerar que as mães seguiam a cultura daquela época e as normas impostas pela sociedade, o que, sem dúvida, tinha um propósito. A educação era voltada para a formação de bons adultos e não havia uma preocupação com o afeto. Assim, seria delicado afirmar que o amor materno não existia antes do século XVIII, mas plausível concluir que sua representação seguia outros critérios. Vale sublinhar que do mesmo modo como

não seria adequado assegurar a inexistência do amor materno em algum momento da História tampouco seria possível datar o seu início. O fato é que desde antes de Cristo relatos já mostravam sua presença. A “Sentença de Salomão”, por exemplo, passagem bíblica que relata a renúncia de uma mãe em ficar com o filho com o objetivo de mantê-lo vivo, é prova da existência deste sentimento. Contudo, a cultura e as diferentes épocas são determinantes para modelar a relação de amor da mãe para com o filho.

Philippe Ariès foi um historiador que, assim como Badinter, explorou as transformações que ocorreram na estrutura familiar a partir do século XVIII. Utilizando-se da iconografia, apontou em seu livro “*A História Social da criança e da família*” (1981) que o sentimento de infância era inexistente. As crianças eram representadas como pequenos adultos, e assim também eram educadas; e da mesma forma como roupas, brincadeiras e conversas não eram diferenciadas daquelas dos adultos, os mimos maternos tampouco existiam na relação maternal.

Assim como Ariès, Flandrin (1988) versa sobre a ausência do sentimento de infância argumentado que:

Na vida cotidiana, as crianças vivem com os adultos uma vida de adultos: mesmos jogos, até o século XVII pelo menos; mesma vida profissional, pois que de alto a baixo da escala social as crianças se formam por aprendizagem. A escola, aprendizagem para os clérigos, não distingue classe de idade: os escolares de dez anos são misturados aos adultos (p. 167).

Embora os trabalhos de Ariès sejam constantemente analisados e utilizados em pesquisas contemporâneas, vale destacar que, segundo Sussman, Steinmetz e Peterson (1999), outras linhas de pensamento advogam uma diferente maneira de entender a infância. Para teóricos como Ariès, o conceito e o sentimento de infância surgem após uma importante mudança na atitude parental, sendo esta teoria embasada por fontes como a iconografia.

For many scholars, Ariès [...] opened the field of history of childhood. His work, which electrified family historians with its innovative use of sources, especially art, asserts that preindustrial children were viewed as miniature adults, not as persons at a special stage in life with special needs² (SUSSMAN, STEINMETZ & PETERSON, 1999, p. 24).

² Para muitos estudiosos, Ariès [...] abriu o campo da história da infância. Seu trabalho, que instigou os historiadores da família com sua utilização inovadora de fontes, especialmente a arte, afirma que as crianças pré-industriais eram vistas como adultos em miniatura e não como pessoas numa fase especial da vida, com necessidades especiais. (tradução nossa)

Contudo, para pesquisadores como Linda Pollock (1983), o conceito de infância já existia antes da era pré-industrial. Para a autora, o material de análise – como a arte – usado por teóricos como Ariès camuflava a realidade. Por meio da análise de diários e autobiografias, Pollock não encontrou elementos que assegurassem a teoria do historiador.

Porém, mesmo considerando que o sentimento de infância sempre tenha existido, o que entendemos por amor materno nos dias de hoje em nada se assemelha ao conceito do século XVII. Com base nos estudos de Forna (1999), o mito da maternidade, que descreve Badinter, é o mesmo que instituiu a “mãe perfeita”.

Ela deve ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total e, o que é mais importante, que se entrega totalmente. Deve ser capaz de enormes sacrifícios. Deve ser fértil e ter instinto maternal [...]. Acreditamos que ela é a melhor, e a única capaz de cuidar corretamente dos filhos [...] (p. 11).

Conforme os estudos de Badinter (1980), a partir de 1760 a imagem da mãe e sua importância nos cuidados com os filhos passaram a ser valorizadas e o amor materno foi exaltado como um valor natural e social indispensável para a sociedade.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendam o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1980, p. 121).

A partir de então, o sentimento de infância descrito por Ariès também se presentifica, ajudando nas transformações que estavam por acontecer.

O que causou essa mudança na mentalidade feminina? O que se observa é que, embora os novos ideais tenham alterado principalmente o comportamento materno, essa mudança decorreu em função de demandas sociais.

Badinter apresenta três discursos que justificam essa transformação. O primeiro deles é um discurso econômico no qual a criança passa a ter valor mercantil. No final do século XVIII acreditava-se numa diminuição demográfica que poderia ser problemática para os países. A tomada de consciência da diminuição populacional redundaria numa diminuição de riquezas, visto que pouca mão de obra resultaria numa menor produção. Ao mesmo tempo, a taxa de

mortalidade infantil era alta, principalmente pelo fato de os bebês serem entregues às amas de leite. Logo, era necessário reverter esse quadro.

Um segundo discurso difundiu ideias que, em maior ou menor escala, contribuíram para a propagação do amor. Era a filosofia da igualdade e da felicidade. O primeiro era sedutor para as mulheres na medida em que lhes concedia valor, direitos e certa autonomia – a felicidade passava a ser defendida como condição essencial à vida. O conceito de igualdade exigiu um novo tratamento para as crianças, considerando suas necessidades; a felicidade deixava de ser individual e passava a ter um valor coletivo, sendo a família o âmbito perfeito para que ela se estabelecesse e propagasse.

Um terceiro discurso veio reverenciar, ou manipular, as mulheres no que tange à responsabilidade com relação à maternidade. De um lado, muitos eram os atrativos da maternidade. A mulher era venerada pela sua importância nos cuidados e educação da criança com o argumento, inclusive, de ser uma vontade da natureza. Por outro lado, ameaças de ordem religiosa ou ordem médica – que decretavam os perigos do não aleitamento – eram feitas para que a mãe assumisse esse encargo. Embora seja possível citar diversas publicações a este respeito, uma delas foi crucial para essa transformação.

Na segunda metade do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau escreveu o romance “*Emílio ou Da Educação*”. Acreditando na bondade natural do homem e que a corrupção era fruto da sociedade, Rousseau desenvolve, em seu romance, um sistema educativo apresentando meios para que o homem bom pudesse conviver na sociedade corrupta e tornar-se um cidadão ideal.

Ao contrário da mentalidade dos séculos anteriores, Rousseau via a criança com outros olhos: ela era boa, frágil e deveria ser preparada com cuidados essenciais para viver em sociedade. Porém, a educação de meninos e meninas deveria ser diferente. Enquanto o menino deveria ser educado para os saberes científicos, a menina seria destinada ao casamento e à maternidade. Como mostra Forna (1999), foi Rousseau quem estabeleceu a ligação da maternidade com a moralidade.

Rousseau defendia a criança e apresentava uma outra forma de educá-la, ao mesmo tempo em que estabelecia um novo lugar para a mulher. Segundo o filósofo, a mulher, fraca e passiva, deveria ser submissa ao homem e preparada

para cuidar dos filhos. A maternidade, que passava a ser vista como natural, incumbia a mulher da educação dos seus, além de amamentá-los e tratá-los com carinho e zelo. Visto que se tratava de uma força da natureza, ela deveria estar pronta para cumprir este papel, abrindo mão de tudo a fim de sacrificar-se pelos filhos. A partir de então o amor da mãe começou a ser associado ao sacrifício, embora para Rousseau o devotamento materno garantisse a felicidade. Além disso, depois de ser nomeada aquela que melhor sabe cuidar dos filhos, a mulher conquista certo valor. Com esta posição prestigiosa e insubstituível, grande parte das mulheres passou a viver a maternidade com orgulho e felicidade.

É importante ressaltar que, apesar de as razões apresentadas por Badinter serem bastante fortes, não foram apenas esses argumentos que influenciaram a mudança da mentalidade feminina. O amor romântico, que teve início no século XVIII, passou a interferir nas relações conjugais. Os laços matrimoniais deixaram de ser fundamentados apenas em aspectos socioeconômicos e passaram a ser investidos de amor e alicerçados na procura por uma pessoa especial. Visto que a relação passou a se embasar no afeto, era presumível que este passasse a permear não apenas o casal, mas a família.

O cenário estava pronto! A maternidade já fazia parte da natureza da mulher e, no final do século XVIII e início do XIX, era possível notar a diferença no tratamento das mães e em sua satisfação em cumprir suas tarefas. O aleitamento, os cuidados com a higiene, a presença, a educação e o sacrifício fizeram da mãe negligente de Badinter um protótipo do que seria a “mãe perfeita” e ideal dos nossos tempos.

Nesse momento é importante voltar à pergunta que nos levou a essa discussão: o amor materno seria uma verdade ou um mito?

O que podemos afirmar é que o sentimento materno é real, mas moldado pelos princípios da época. Não há como apenas naturalizá-lo, muito menos universalizá-lo. O amor materno, assim como outros comportamentos, é, provavelmente, apenas resultado do que fazemos com ele.

1.3 Uma Nova Responsabilidade

As ideias sobre a nova concepção de maternidade que surgiram no século XVIII ganharam força e foram sedimentando-se nos séculos posteriores. Contudo, a partir do século XX outros discursos, como o da psicanálise e o das ciências, por exemplo, fortaleceram os conceitos de devotamento e sacrifício atribuídos à mãe (BADINTER, 1980; FORNA, 1999; SOUZA, 2001; MELLO, 2008).

O amor materno, que no final do século XVIII foi apoiando-se em determinados valores, virou obrigatoriedade. Não se podiam aceitar mães que não desempenhassem seu papel de acordo com o que fora estabelecido – estas eram as mães más, negligentes e egoístas.

Ainda que veladamente, a maternidade acabou se transformando num movimento opressor e gerador de culpa. Se nos séculos XVIII e XIX a tarefa do aleitamento, os cuidados, a educação, o devotamento e a felicidade dos filhos foram delegados às mães, no século XX, estas foram transformadas nas responsáveis pelo bem-estar da criança e por seu desenvolvimento psíquico saudável. A maternidade passou a seguir um manual de instruções a respeito de como ser mãe – e ainda que fosse, por grande parte dos teóricos, defendida como natural, não eram mais as mães que possuíam o conhecimento sobre como tratar os filhos, mas os especialistas. Seguir estas normas era o mesmo que expressar o amor pelos filhos.

Logo no início do século XX a teoria freudiana ajudou a difundir a ideia de que nossos comportamentos resultam de experiências infantis. Desse modo, uma mãe que trata seu filho inadequadamente vai gerar filhos com problemas. Além disso, no caso de filhas, a questão é ainda maior, já que esta poderá reproduzir o mesmo comportamento insatisfatório com seus filhos. No entanto, a postulação de Freud que mais contribuiu para fazer com que a mulher ocupasse lugar central na família foi a descoberta, por parte da menina, de sua castração.

Para Freud (1931), todos nós passamos pelo Complexo de Édipo – fenômeno a partir do qual sentimentos opostos de amor e ódio despertam na criança – para que possamos dar sequência ao nosso desenvolvimento. Assim, quando a menina se dá conta de sua castração ela percebe a superioridade dos homens e sua inferioridade em relação a eles. Revoltada com essa situação, ela

pode seguir três caminhos. Em um deles, ela se inibe sexualmente, frustrada com seu clitóris; num segundo caminho, vive a fantasia de um dia possuir um pênis e insiste em sua masculinidade, o que pode levar à homossexualidade. No entanto, apenas por uma terceira via ela vai desenvolver uma feminilidade normal. Para isso, ela toma o pai como objeto de amor, o que seria a forma feminina do Complexo de Édipo. Entretanto, existe uma compensação: a renúncia do pênis é deslocada para o desejo de se ter um bebê (FREUD, 1924). Segundo Zornig (2008), “a maternidade, segundo a teoria freudiana, é a via privilegiada de acesso da mulher ao feminino” (p. 34). Se o desejo pela maternidade era a forma de se alcançar uma feminilidade normal, a mulher acabou sendo encarcerada na função materna.

Várias foram as pressões sobre a maternidade. Ainda nas primeiras décadas do século XX, o neozelandês *Sir Frederic Truby King* influenciou muitas gerações de mães (KING, 1948). Após um estudo no qual descobriu que o leite de vaca, em comparação ao humano, carecia de algumas propriedades, defendeu a importância da amamentação no seio, inclusive para reduzir a mortalidade infantil.

Os métodos pregados pelo médico eram bastante rígidos. Os bebês deveriam ser amamentados a cada quatro horas e nunca em outro momento, independentemente de apresentarem qualquer tipo de desconforto. Além disso, o contato físico para demonstração de afeto deveria ser rigorosamente evitado a fim de impedir a transmissão de germes. Truby King não acreditava no instinto materno e achava que a mulher deveria ser preparada para ser mãe, que julgava ignorante e sem disciplina. Mesmo após sua morte, em 1938, a “educação Truby King” continuou a exercer grande influência, entrando em declínio apenas na década de 1950.

Apresentando modelos bem diferentes de Truby King, as décadas de 1940 e 1950 contaram com dois grandes nomes, John Bowlby e Donald Winnicott, cujas teorias foram fundamentais para modelar o que em nosso século seria considerado uma “boa mãe”.

No início dos anos 1940, a crise que o mundo atravessava, modificou novamente a relação maternal. Com a Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939, os homens foram recrutados, enquanto as mulheres passaram a trabalhar para suprir as demandas de cada país, assim como as necessidades de casa. Para

que isso fosse possível, o Estado se encarregou da abertura de creches e escolas maternas para que as mulheres pudessem sair de casa a fim de trabalhar. Foi neste cenário que Bowlby iniciou seus estudos sobre os laços afetivos entre mãe e filho e a vinculação instintual (FORNA, 1999).

Para Bowlby (1953), a saúde mental da criança estava associada a uma relação afetiva entre mãe e filho na qual ambos encontrassem satisfação e felicidade. Para que esta relação fosse possível e satisfatória, a presença materna, em tempo integral, era essencial. A privação materna poderia gerar consequências como distúrbios emocionais e psicológicos, e o vínculo entre mãe e filho era resultado desta constante interação. Embora Bowlby acreditasse que este vínculo fosse um instinto, ele defendia que a interação entre o bebê e a mãe seria favorecida neste processo.

Segundo Forna (1999), inspirado pela Etologia, o autor concluiu a partir de alguns fenômenos, como o *imprinting*, que a relação entre a mãe e bebê era natural e instintiva. Entretanto, vale salientar que, de acordo com os estudos etológicos, o *imprinting*³ não acontece com os humanos, pois estes nascem com o cérebro ainda imaturo e não operacional. Não tendo desenvolvido sentidos e ações, o bebê não estaria pronto para estabelecer uma ligação social a partir do primeiro objeto que vê no ambiente. Para os etólogos, apenas pelo contato e pelos cuidados da mãe com o bebê estabelecer-se-á o vínculo entre os dois (CARDOSO & SABBATINI, 2002).

Com base nas teorias de Bowlby, parte das creches e escolas maternas abertas durante a guerra foi fechada no início da década de 1950. Além disso, ele defendia que mulheres com filhos pequenos não deveriam trabalhar fora de casa, pois isso poderia prejudicar seus bebês.

Muitos foram os discípulos de Bowlby, assim como muitos foram os especialistas que o criticaram. O fato é que sua teoria contou com milhares de seguidores até as últimas décadas do século XX. Na década de 1950, à semelhança de John Bowlby, Winnicott defendia que a mãe deveria ficar com o bebê em tempo integral, principalmente em seus primeiros anos. Qualquer

³ O *imprinting* é o fenômeno que acontece com alguns animais, principalmente com aves. Ao sair dos ovos, os animais seguirão o primeiro objeto que veem, criando uma ligação social entre estes dois. Estudos mostram que estes filhotes podem receber o *imprinting* não apenas de suas mães, mas de animais de outras espécies, seres humanos e até mesmo objetos inanimados.

comportamento diferente disso seria uma negligência e totalmente avesso ao que exigia a natureza (FORNA, 1999). É importante destacar que, ao contrário de Truby King, estes dois teóricos valorizavam a relação de afeto entre mãe e bebê.

Criador do conceito de “mãe suficientemente boa”, Winnicott (1965) acreditava que a maternidade fazia parte da natureza e que a mulher estava apta para a função. No entanto, também advogava que, caso a mãe não fosse suficientemente boa, poderia causar na criança um bloqueio emocional e distúrbios psicológicos.

Segundo o autor, a “mãe suficientemente boa” se identifica com o bebê e, desse modo, se volta para suas necessidades. Ela protege a criança e se devota a seus cuidados.

Muitos foram os especialistas que se dedicaram ao estudo do amor materno e à maternidade. O que podemos constatar como elemento comum à maioria destes estudos é a indiferença em relação aos anseios da mulher e a centralização na criança. Como mostra Forna (1999):

A maternidade se transformou num processo rígido, carregado de normas, governado por dogmas produzidos por supostos especialistas, cuja visão é sempre formulada em termos do que é melhor para o bebê, situando-os acima de polêmicas (FORNA, 1999).

Sem dúvida, todas essas transformações a respeito da maternidade e do amor materno geraram consequências. Muitas mulheres se orgulhavam da dedicação ao filho e pelo fato de desempenharem o papel da mãe ideal. Também podiam se gabar de serem as únicas capazes de assumir tal função. Porém, em outras mulheres foi criado um sentimento de culpa e mal-estar.

E quanto às mães que fracassavam em seu exercício? Sim! Porque era assim que essas mulheres eram vistas – como fracassadas. Se elas não fossem ideais, perfeitas ou suficientemente boas, eram condenadas por sua incompetência. “Quer o filho morra, quer se torne um criminoso, sabe-se agora a quem colocar no banco dos réus” (BADINTER, 1980, p. 227). Aquelas que não seguissem as normas a respeito de como ser uma boa mãe simplesmente não amavam seus filhos.

A falta de amor é, portanto, considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de “erro da natureza” (p. 229).

Contudo, outros fatores contribuíram para que essas ideias se propagassem e arraigassem. Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo já era o regime da maioria dos países ocidentais. Especificamente no Brasil, a economia apresentou, desde seu período colonial, bases capitalistas, sendo este poder consolidado a partir do desenvolvimento industrial (final do século XIX e início do XX). Este regime tinha como alguns de seus princípios a concepção conservadora de casamento e uma moral tradicional, pois via a família como um alicerce para sua manutenção e desenvolvimento. O poder, prestígio e a prosperidade de um país dependiam da população e de forças morais, e a família era geradora de ambas. “A família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais” (SCHWARTZMAN, 1980, p. 2).

A redução da natalidade era um problema para as nações. Assim como constatado no século XVIII, a família era importante para o crescimento demográfico dos países e, conseqüentemente, o aumento de suas riquezas. Dessa forma, o incentivo ao casamento e à maternidade era uma maneira de garantir o aumento da população. Leis como a proibição do aborto e o fomento a que as mulheres não trabalhassem fora do lar, foram estímulos que asseguravam estes objetivos.

Pode-se observar que essa multiplicidade de conceitos não seria tão oscilante e nem tão impactante se não fosse por seus diferentes contextos. A nosso ver, por ser fruto de uma construção, o amor materno vem sofrendo inúmeras variações, embora as ideias objetivistas ainda façam parte do senso comum. Assim, ainda hoje, discutir sobre o amor materno é desafiador e encará-lo como uma obrigatoriedade pode ser uma ameaça. Contudo, na segunda metade do século XX, conquistas femininas foram essenciais para causar uma profunda mudança na relação entre a maternidade e a feminilidade.

No próximo capítulo discutiremos essas transformações dando ênfase especial a um novo modelo familiar que a cada dia vem aumentando: casais que optaram por não ter filhos.